



URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

Wesley da Silva Medeiros

wesley.arquitetura@usp.br | Universidade de São Paulo

Vulnerabilidade, exclusão e a pobreza no Piauí

Vulnerability, exclusion and poverty in Piaui

Vulnerabilidad, exclusión y pobreza en Piauí

Resumo | Abstract | Resúmen

1. Introdução

O presente artigo parte de uma constatação¹ de pesquisa: a ausência de investigações do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em estudos urbanos-regionais relacionados ao combate à pobreza a partir do Programa Territórios da Cidadania (PTC)². Na condição de método estatístico, propomos que o IVS seja abordado como uma política dos números, a qual manipula dados e informações da realidade social de territórios da cidadania. Ele manipula, conseqüentemente, as intervenções sociopolíticas em formato de planos, políticas e programas de combate à fome e a pobreza.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), considerando dados censitários de 1991, 2000 e 2010. Embora o IVS aponte uma perspectiva otimista relacionada à queda da vulnerabilidade, deixa lacunas para se pensar, por exemplo, a exclusão, a miséria, a fome, a seca, a morte e tantos conceitos para além dos números. Isto é, existe uma realidade admissível de ser apreendida em números, gráficos e mapas e, paralela, existe uma realidade cotidiana marcada pela escassez e a sobrevivência que fogem a lógica estatística. Portanto, dados, gráficos e mapas não conseguem desvendar o que é um

¹ A constatação teve como fundamento uma pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados científicos: Sistema de Información Científica Redalyc, Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico, Scientific Electronic Library Online, Google Acadêmico, Scopus e Microsoft Academic. Pesquisa realizada entre 2015 e 2019. Isto é, desde o lançamento do índice de Vulnerabilidade pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015). A pesquisa buscou trabalhos relacionados ao Programa Territórios da Cidadania (PTC) e o combate a pobreza por pesquisadores urbanos-regionais.

² São redes de municípios definidos como territórios de extrema pobreza. Instituídos pelo decreto de 25 de fevereiro de 2008, onde o Art. 3º apresenta quais eixos foram usados para organizar dados sociais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para definir municípios com baixo desenvolvimento socioeconômico associando-os a territórios com extrema pobreza.



território em extrema pobreza no interior de estados. Esta dualidade pode servir para entendermos o planejamento de combate à pobreza nos anos 2000 e, desenharmos perspectivas a uma pesquisa urbano-regional para além dos números. É o esforço que este artigo traz ao campo dos estudos urbanos por análises espaciais do IVS em 2000 e 2010.

Logo que o IPEA lançou o IVS esperava-se que os campos de pesquisa urbano-regional fossem usá-lo à compreensão das chamadas mudanças e permanências entre regiões e metrópoles. Já que o índice possui mais variáveis do que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mais usado em pesquisas urbanas e regionais. Apesar de ser pouco usado, o índice compreende dezesseis variáveis organizadas em três dimensões: infraestrutura urbana; capital humano; renda e emprego. Nesse sentido, oito indicadores definem o capital humano³, quatro a infraestrutura urbana⁴ e, por fim, cinco⁵ a dimensão renda e emprego. A escala numérica varia entre

³ a) Mortalidade até um ano de idade; b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos; e) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família; f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; g) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e; h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária. (IVS, 2015).

⁴ a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo e; c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho. (IVS, 2015).

⁵ a) Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010); b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; d) Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos e; e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.



zero e um, sendo que, quanto mais próximo de um, maior é a vulnerabilidade do município; quanto mais próximo de zero, mais baixa a vulnerabilidade. Isto não significa, portanto, que a pobreza não exista em suas formas mais perversas. É preciso entender que a queda da vulnerabilidade não é a desfiguração da pobreza e, sim o processo a desfiguração.

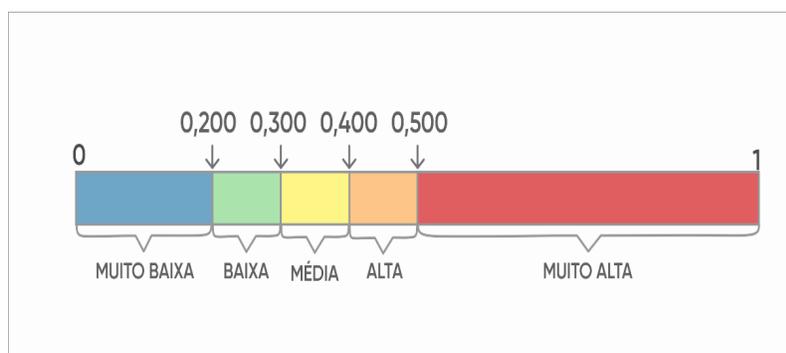


Figura 1: Faixas do Índice de Vulnerabilidade Social

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, IPEA e FJP, 2015.

Desse modo, buscou-se observar como se comportam essas dimensões para então apontarmos interpretações quanto ao índice e à realidade da exclusão. Nesse sentido, a novidade que traz este artigo reside na compreensão de que o PTC (2008-2014) se trata de

(IVS, 2015).



um programa de governo a curto prazo. De que, nos anos 2000, foi tratada como políticas de combate à pobreza (REGO E PINZANI, 2013), como política espacial por conta de um DNA em comum com um conjunto de outras políticas institucionais diferentes deste programa – o espaço geográfico⁶ e; principalmente, pela negligência da pesquisa urbana-regional. Onde o conjunto de territórios existem e por eles foram desenhados (2004-2012) tais e quais intervenções sociopolíticas. A questão para Medeiros (2019) é como devemos pensar estes territórios na extrema pobreza, nos processos de mutação e na pobreza atual. Isto porque, o próprio IVS revela para mais ou para menos uma outra pobreza em regiões brasileiras. A natureza desta pobreza é que, ainda, não podemos definir conceitualmente, pois os campos empíricos estão se formando após duas décadas de enfrentamento da fome e a pobreza.

Se consideramos os estudos conduzidos por Brandão (2019) e Medeiros (2019), estabelecemos a lacuna de estudo: o IVS pode revelar a extrema pobreza nos anos 2000 e alterações da pobreza em 2010. Porém, a pobreza por mapas revela uma reflexão técnica destes dois cenários alterando-se no espaço de uma década. Isso nos leva à questão: como interpretar estes dados? E, como construir uma antítese a eles?

Por isso, processos conhecidos e desconhecidos no interior de territórios em extrema pobreza parecessem importantes em uma

⁶ Neste trabalho não interesse discutir o DNA em comum, pois o espaço geográfico como proposto por Milton Santos em sua trajetória é longo. Importa-nos compreender que a pesquisa de Steinberger (2013), aprofunda os conceitos através de uma década (anos 2000) analisando as grandes políticas nacionais: urbanas, regionais, territoriais, ambientais e rurais. Publicados em 2013 no livro “Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais”. Por isso, vamos nos ater a questão do IVS e do Território Vale do Guaribas conforme objetivo do texto.



investigação. O interesse aqui é pelo IVS⁷ como resultado de um método estatístico definido por múltiplas variáveis sociais organizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), associado à pesquisa de Steinberger (2013), na qual colocamos o território em estudo e o IVS no quadro de uma política do espaço, portanto, nem social, econômica e setorial como pensamos políticas públicas.

Por isso, o PTC é compreendido como política do território tal como pensou Milton Santos e, por isso, no universo de programas dos anos 2000, talvez este seja o programa mais denso em termos de conceitos, ou ainda, talvez seja a melhor política regional, urbana e social disponível para ampliar direitos e cidadania (SCHVARBERG, 2012).

Igualmente dois campos se desenham nesta análise: o relativo e o absoluto. O primeiro está relacionado a reflexões tornadas possíveis em função das dimensões do índice com a extrema pobreza, tal como ela foi, sem qualquer alteração, entre os anos 2000 e 2010, e se encontra em processo de mutação; ou ainda, reconfigurando sua forma, estrutura e função territorial. Eventualmente, podemos levantar a hipótese de que intervenções sociopolíticas foram pontos de partida a instituição dos campos de análise. Por sua vez, o segundo campo, do absoluto, condiciona o IVS a ser um número isolado, sem qualquer pretensão de conceituar a realidade, servindo apenas ao planejamento de governo (como no estabelecimento pela variável

⁷ Para conhecer mais sobre o índice recomendamos: i) Compreender o Atlas da Vulnerabilidade Social disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>; o conjunto de publicações explicando, justificando e dando interpretações a composição do índice: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/biblioteca>.



renda fundamento a programas de distribuição de renda), sendo que as famílias, em dado território, precisam de insumos a formação de mercados locais. Por isso, importante tecermos um olhar crítico do IVS entre o relativo e o absoluto.

Por isso, oferece-se aqui uma análise dualista, como: a vulnerabilidade foi alterada a partir de intervenções sociopolíticas (otimismo a territórios⁸ mais vulneráveis em 2000 (e menos em 2010). Assim, mesmo sob contradições, não pode ser desprezado o legado de programas de governo, uma vez que direciona, na contemporaneidade, ao exercício do pensamento e da dúvida sobre o combate à pobreza e à exclusão social.

1. Políticas Espaciais

A partir da definição de políticas espaciais, nota-se que seu contexto de inserção está relacionado à formulação de políticas públicas⁹ sob o fundamento do *território usado*, conceito proposto por Milton Santos em sua trajetória, no esforço de formular análises sociais e políticas socioespaciais. Essa categoria possibilita mudanças na formulação de políticas públicas, superando abordagens

⁸ A partir deste momento é importante entender-se a expressão território referindo-se à totalidade (39 municípios do vale do guaribas) e a especificidade (o município como território).

⁹ À título de ilustração, destacam-se algumas dessas políticas espaciais: Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS); Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Plano Nacional de Logística e de Transportes (PNLT); Plano de Desenvolvimento de assentamento (PDA); Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural (PNATER); Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT); Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) - Plano Plurianual (2016 - 2019) Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social: a) Desenvolvimento Regional e Territorial; b) Promoção dos Direitos da Juventude; c) Pesca e Aquicultura; e d) Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Territórios da Cidadania; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PNAF).



estatísticas, unidimensionais, multidimensionais e descritivas. Revela a pobreza entre pessoas e lugares, de forma que esse conceito é, nos estudos urbanos, um dos mais importante a interpretações da pobreza enquanto fenômeno multidimensional. Por isso, há o risco de as estatísticas considerarem o território algo cristalizado, reduzível a números, físico, geológico etc., ou seja, admissível a um perímetro.

O território usado revela conteúdo e formas espaciais onde dinamismos constituem-se; esta é a capacidade mediadora do território entre pessoas, tempos, lugares, memórias, passado, presente e futuro. O contrário seria tratar o território como forma pura, sem vida, estática e plasmada no tempo. Isto é, sem história, ação, prática e vida.

Além disso, pensar o território como cenário da vida leva-nos a indagações relacionada ao combate à pobreza: trata-se de um discurso de governo ou de instituições políticas, apenas? Ou de um conjunto de estratégias advindos da ideologia do progresso? Ou está relacionado ao lugar da técnica no espaço? Um fato incontestável a qualquer governo no interior da globalização é: se a pobreza está no espaço, há de se considerar o espaço o meio ou o fim da pobreza? Ou então: políticas públicas são fundamentadas apenas por índices? Nesse caso, o território seria apenas um palco de ações humanas? Essas questões indicam o lugar da dúvida, da hipótese e da possibilidade de contestar entendimentos do que seja a vulnerabilidade social (dos números) e a pobreza no território (não apreendida pelos números).



Sendo assim, observa-se que os governos e instituições atuaram pela ideia de escala territorial “mais ou menos pobre” (BRANDÃO, 2019; MEDEIROS, 2019). Considera-se que a expressão “escala” em questão diga respeito a uma medida relacionada à quantificação de alguma coisa, desassociada do tecido social dos lugares tal como propõe Berger e Luckmann (2004).

Por isso, denominou-se “territórios com pobreza” uma representação de municípios em escala territorial sem conceito, servindo meramente a referência estatística. “Territórios de pobreza” são o território como mediação, onde elementos de pesquisa encontra-se em constante mutação, pois nada é estático. Portanto, uma categoria de análise aos estudos urbanos por sintetizar o objeto e as realidades (BERGER E LUCKMANN, 2004, RIBEIRO, 2015, MEDEIROS, 2019). Esses territórios estão isolados, geograficamente, possuem baixos índices de desenvolvimento humano, altos índices de vulnerabilidade social (REGO E PINZANI, 2013). Considerando por estes autores como sendo os lugares “mais desassistidos pelo Estado brasileiro”, ao justificarem incursões nos Estados do Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais nos anos 2000 e 2010.

A partir da categoria territórios de pobreza, adotou-se o pressuposto de que o conteúdo no interior do território possibilita-nos enxergar cartografias do cotidiano, portanto, a vida sendo vivida. Em contrapartida, outros conteúdos representam o território meramente como recurso nas mãos de empresas, bancos, firmas etc. (o território como refúgio aos usos e abusos). Por isso, podemos

constatar que o combate à pobreza é reorganizado no planejamento de governo, ora pelos índices, ora por aquilo que o território é.

1.1. O território do Vale do Guaribas

No sentido de ampliarmos tais constatações, o objeto de análise se situa ao sudeste do estado do Piauí, no semiárido. O Vale do Guaribas foi definido em 2008 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério das Cidades (SDT/MDA) junto a outros cinco territórios com extrema pobreza. Este território possui 39 municípios regionalizados pelo isolamento geográfico, abandonados pelo Estado e instituições, carentes de acesso aos serviços e infraestruturas básicas e sociais, além da precariedade que as cidades vivem no tocante aos direitos sociais, à seguridade e à proteção social.

Há seis Territórios da Cidadania no Piauí; o Vale do Guaribas é o terceiro com maior população em extrema pobreza segundo o censo de 2010. A sua escolha como objeto de análise justifica-se por ser o território de pobreza mais isolado e, por isso, rodeado de obstáculos às intervenções sociopolíticas nos anos 2000.

Territórios	População em extrema pobreza				Região
	Total	%	Urbana	Rural	
Entre Rios	139.12	2	73.852,0	66.28	NORTE
	8,00	7	0	8,00	
Cocais	109.39	2	36.547,0	72.84	NORTE
	0,00	2	0	3,00	
Vale Do Guaribas	83.717	1	17.973,0	65.74	NORTE/UL
	,00	7	0	4,00	



4	Carnaubais	45.213,00	9	13.384,00	31.829,00	NORTE
5	Serra Da Capivara	43.248,00	9	9.121,00	34.127,00	SUL
6	Tabuleiros Do Alto Parnaíba	20.044,00	4	9.976,00	10.068,00	SUL

Quadro 1: Territórios da Cidadania no Piauí

Fonte: Elaborado própria com base no Sistema de Informações Territoriais – SIT, 2018. Dados populacionais do Censo Demográfico de 2000.

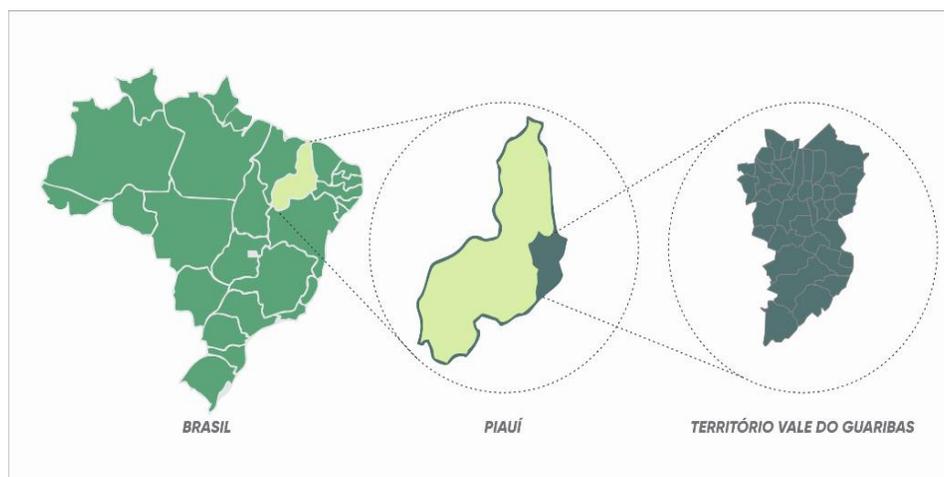


Figura 2: Localização do Vale do Guaribas no Piauí

Fonte: Elaborado própria (2017).

1.2. Análise do IVS do Vale do Guaribas - 2000 e 2010

Nos limites deste texto, uma síntese dos indicadores revela o território estudado (figuras 2 e 3). Em 2000, apenas 10% dos municípios estavam em uma faixa alta de vulnerabilidade em relação aos 90%, situados em uma faixa muito alta (figura 2). Já em 2010, observam-se alterações entre municípios, reforçando

desdobramentos importantes de intervenções sociopolíticas pelo PTC, associado a outras políticas e programas de governo (figura 3).

De qualquer maneira, esse otimismo indica situações das quais o esforço da análise permanece, pois houve alterações entre municípios uma vez que saíram da faixa muito alta para uma mais baixa, mesmo que a maioria dos municípios permaneçam com a vulnerabilidade muito baixa. De tal maneira, uma década depois (de 2000 a 2010), o fenômeno da vulnerabilidade permaneceu da seguinte forma: a) mais distante do valor absoluto 1 (um) – em uma faixa muito alta, da qual; b) apenas 1% passou para faixa baixa – um município ao todo; c) 21%, 8 municípios, foram para faixa média; d) 54%, 21 municípios, passaram para faixa alta e; d) 23%, 9 municípios, permaneceram em uma faixa muito alta (figura 4).

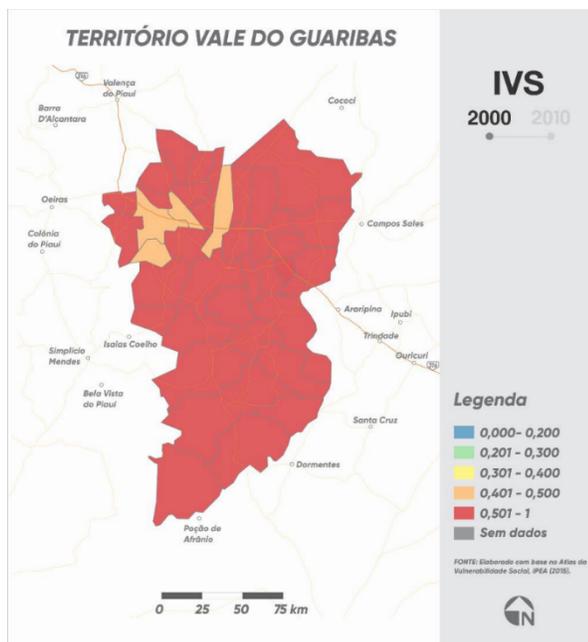


Figura 3: Índice de Vulnerabilidade Social do Vale do Guaribas – 2000

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

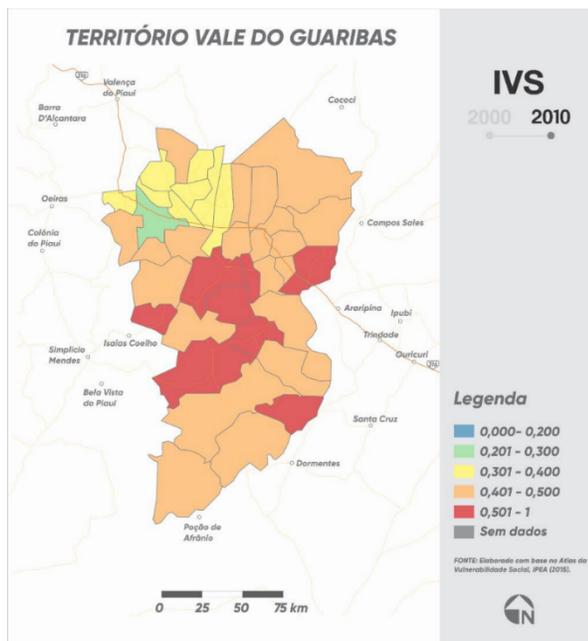


Figura 4: Índice de Vulnerabilidade Social do Vale do Guaribas – 2000

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

1.3. IVS – Capital Humano

A dimensão de capital humano está definida a partir dos seguintes indicadores: mortalidade infantil; crianças e adolescentes de até 14 anos fora da escola; mães precoces; mães chefes de família, com baixa escolaridade e com filhos menores de idade; baixa escolaridade domiciliar estrutural; e a presença dos jovens que não trabalham e não estudam.

As figuras 5 e 6 permitem observar que, em 2000 (figura 5), havia municípios com baixos indicadores capital humano (0,501-1), portanto, com alta vulnerabilidade no interior das famílias

acostumadas com a escassez, a sobrevivência e a não-existência. Isso evidencia a extrema pobreza conhecida pelo histórico do subdesenvolvimento, atraso, seca e a morte por desnutrição (ver CASTRO, 1980) sobre as alterações no interior da pobreza, o que permite discutir que outra realidade social e política do território não foi instituída a curto prazo, entre 2008-2010). Porém, uma questão de pesquisa fica em aberto: o que representa no tempo presente este território? Reside na questão pensarmos no dualismo entre número e realidade. A fome e a renda tornam-se elementos indispensáveis para a formulação de uma ideia de mudanças no interior da pobreza e do território (REGO E PINZANI, 2013).

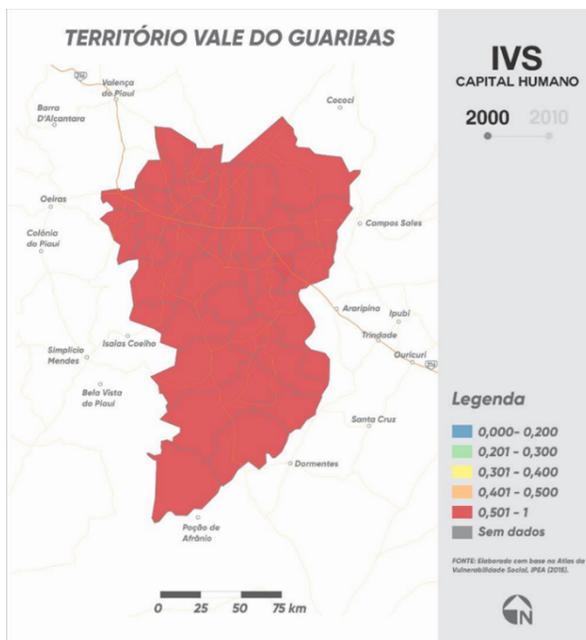


Figura 5: IVS Capital Humano, 2000

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

No tempo, o número absoluto do índice de capital humano pode representar a presença de tempos pretéritos, onde a expressão

extrema pobreza ganha todo sentido. Mas pode não representar processos desconhecidos de mutação no cotidiano das relações sociais, econômicas e territoriais. Talvez, a vulnerabilidade em 2000 (figura 5) tenha sido muito diferente desta especializada em 2010 (figura 6), pois existe a questão de mutações no tempo por este conjunto de programas e políticas de transferência de renda. Mais ainda há um consenso de que estes territórios se tornaram mais produtivos pelos processos de inclusão social (ARAÚJO, 2013).

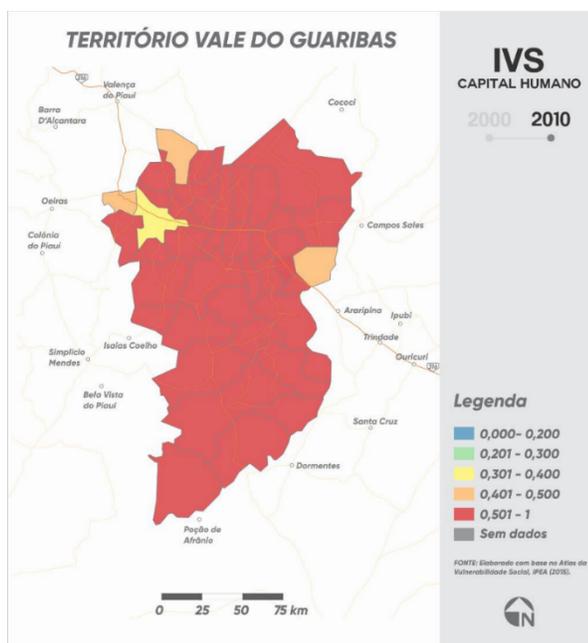


Figura 6: IVS Capital Humano, 2010

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

Por isso, Medeiros (2019) e Brandão (2019) consideram que há novas relações territoriais em jogo à medida que ações e práticas definem uma outra pobreza, que ainda não sabemos compreender pela falta de pesquisas urbanas-regionais nos espaços em questão. Isso reforça a hipótese de que o PTC junto ao PBF, Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Territórios da Cidadania (PTC) e Programa Luz para Todos (PLPT), Programa Minha Casa Minha Vida e neste caso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sejam ações que ampliam direitos e cidadania, mas que podem, a longo prazo, desfigurar a pobreza. Isto é, pode-se pensar que o acesso à renda, à alimentação, à educação e à saúde são, *a priori*, direitos essenciais para se pensar nessa mudança social e política. Elas permitiriam um quadro para além daquele onde há famílias acostumadas à escassez, à fome, à seca e à morte, como apresentado por Rego e Pinzani (2013).

Em 2010, o quadro ainda é pessimista; a diferença dele se encontra em um território no quadro do possível, onde a vida, certamente, estava em processo de mudança. Por isso, o mapa representa uma política dos números desconsiderando o método qualitativo a apreensão da vulnerabilidade. Por isso, a dificuldade de interpretação, pois apenas quatro municípios deixam a alta taxa presente desde 2000 (0,501-1). Se abandonarmos o ponto de vista de que o território é uma escala físico territorial e sim, uma mediação entre ação e prática de vida, encontramos na figura 7 um território indeterminado a pesquisa, ao método e ao planejamento de Estado e governo.

Ademais, a partir de Rego e Pinzani (2013), podemos estabelecer relações de mudanças que esta ou aquela variável não suporta o que seja a realidade. Se considerarmos narrativas no trabalho destes dois autores, é evidente que muitas famílias sem renda sobreviveram aos anos 80 e 90 e vieram a receber a renda

básica no segundo mandato do Governo Lula (2006-2011). Isto é, a renda e a sobrevivência são categorias de análise social e política, pois representam o cotidiano no tempo: da extrema pobreza sem renda, da pobreza com renda e de uma pobreza imensurável por um método estatístico. Isto é, apreende-se em questionários a condição histórica do território somado ao cotidiano como processos políticos em mutação, os quais não se deixam espelhar na cartografia. Por isso, há riscos de usarmos o IVS para uma reflexão de que a pobreza existe no território em 2010 quase na mesma configuração de em 2000.

É nesse sentido que as ideias da socióloga Vera Telles (2017) ganham todo sentido na medida em que provam que o estudo urbano está muito atrelado à ideia de atraso e pobreza e, mais ainda, de territórios informais onde vivem pessoas pobres em condições sub-humanas. Porém o Brasil dos anos 2000 e de 2010 tornou-se um amplo laboratório de pesquisa em que os mantras de pesquisa, como segregação, pobreza, atraso entre outros, não mais servem de arcabouço teórico suficiente para explicar qual foi, historicamente, a mudança na estrutura social e econômica brasileira. Por isso, ressalta-se o método indutivo e etnográfico de pesquisa para além dos números, pois entre tantas intervenções políticas o IVS e suas dimensões, não parece haver sustentação e apreensão da realidade territorial (figura 5).

No quadro dos anos 2010, ficaram certas marcas dos anos 80 e 90:¹⁰ a caracterização do Vale do Guaribas como território com extrema pobreza. Mas o combate à pobreza foi e ainda é a condição

¹⁰ Compreende-se o pensamento sobre desigualdades e subdesenvolvimento regional presente no pensamento do Josué de Castro, Milton Santos, Francisco de Oliveira e Celso Furtado.



da história brasileira, com o retorno das desigualdades em pesquisas da (PNAD, 2018), pois programas como o Bolsa Família no início dos anos 2000 não foi suficiente para desfazer a extrema pobreza. Nesse sentido, a perspectiva da Vera Telles (2017) parece aproximar-se dos interesses de pesquisa e o Pronaf, e que ainda existem como legados de governos anteriores. Muda-se a operacionalização pelo que observamos, mas o princípio da renda básica e dos mercados locais permanecem como política de Estado no caso destes dois programas. Assim, a figura 6 coloca-nos diante o método, pois claramente em seu interior há processos desconhecidos, conhecidos e hipotéticos quanto a mutações. Mais ainda, dificilmente todo processo de intervenções sociopolíticas deste território apresente índices absolutos iguais ao ano 2000 (figura 5). Por isso, Telles (2017) e Medeiros (2019) apontam a importância do método etnográfico pelo qual é possível desvendar pelo encontro, vivência e experiência com o Outro o cotidiano em mutação – os desdobramentos deste processo; do que seja a pobreza, a sobrevivência, as relações sociais e os comportamentos no território. Isto porque, para Peter e Luckmann (2004) e Rizek (2012) a pesquisa com o Outro em seu espaço de vida revela estruturas e funcionamentos não estatísticos, mas fenomenológicos, onde a percepção desse Outro é capaz de revelar processos desconhecidos.

1.4. IVS – Infraestrutura Urbana

A Arquitetura e Urbanismo, correlacionados, dedicam-se com veemência aos processos de urbanização de centros urbanos

industrializados e alta densidade demográfica, como as metrópoles. Além disso, se centram na questão do espaço urbano e da moradia na cidade ou, como propõe Rizek (2012), o campo empírico está na multiplicidade de forças políticas e sociais entre moradia, cidade e trabalho, configurando zonas de indeterminação. A Engenharia Urbana encontrará, no traçado urbano, a irregularidade da morfologia urbana, dificultando a incorporação adequada de infraestruturas e serviços urbanos. No caso destes territórios, ficou muito claro nos estudos do Nordeste que a ideia de cidade, moradia e trabalho não é a mesma de Rizek (2012), nem mesmo da ideia de urbanização pelas infraestruturas e serviços urbanos. Ou seja, territórios da cidadania como Vale do Guaribas diferem da dimensão anterior, podendo ser melhor interpretados por variáveis de infraestrutura urbana, pois os municípios possuíam baixa densidade demográfica e nas décadas de escassez, principalmente 80 e 90, aprenderam a implantar suas próprias infraestruturas, tais como: poços artesanais, banheiros de palafitas no fundo dos quintais com fossas manuais, redes de esgoto direcionadas ao solo aberto, sistemas de captação de águas pluviais e outros. Por isso, pequenos investimentos em infraestrutura alteram os indicadores de saúde e coleta de lixo, por exemplo.

Essa dimensão é definida pelo percentual de pessoas vivendo em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; vivendo em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo; vivendo em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e, que gastam mais de uma hora até o trabalho, no



total de pessoas ocupadas. Por isso, o censo de 2000 parece ter entendido que havia infraestruturas no território, por exemplo, de modo geral, todo morador tinha um banheiro no fundo do quintal e água. Porém, só no início dos anos 2000 existe investimento em infraestrutura sanitária (um programa que ficou desconhecido no governo Lula); a questão da água já aparecia muito mais definida no final dos anos 90 pelos programas: Pró-Rural e com o Programa de Micropoços.

É nesse sentido que o IVS em 2000 demonstra que a população tem acesso a saneamento básico por exemplo, embora o diagnóstico para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento e no recente debate do novo marco legal do saneamento (Projeto de Lei nº 4162, de 2019) evidenciou que: 48% da população não possui acesso a esgoto; 35 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada; 59% das escolas de ensino fundamental não possuem rede de esgoto; apenas 46% dos esgotos urbanos são tratados e o restante é jogado na natureza e; entre os desdobramentos desta realidade, 289 mil pessoas são internadas por ano por doenças causadas pela falta de saneamento, sendo que 50% delas são crianças (SNIS, 2019; AGÊNCIA DO SENADO, 2019). Portanto, podemos observar a figura 7 e cairmos no erro estatístico de dizer: os valores do índice indicam uma melhoria nas condições de saneamento. O IVS, relativo à infraestrutura urbana, foi o que mais diminuiu na última década, embora seja questionado, neste artigo, pela ausência de valores absolutos e relativos melhor delineados. Em 2000 (figura 8), 10% dos municípios encontravam-se numa faixa muito baixa, 26% numa faixa baixa, 38% dos municípios



numa faixa média, apenas 18% numa faixa alta e 8% numa faixa muito alta.

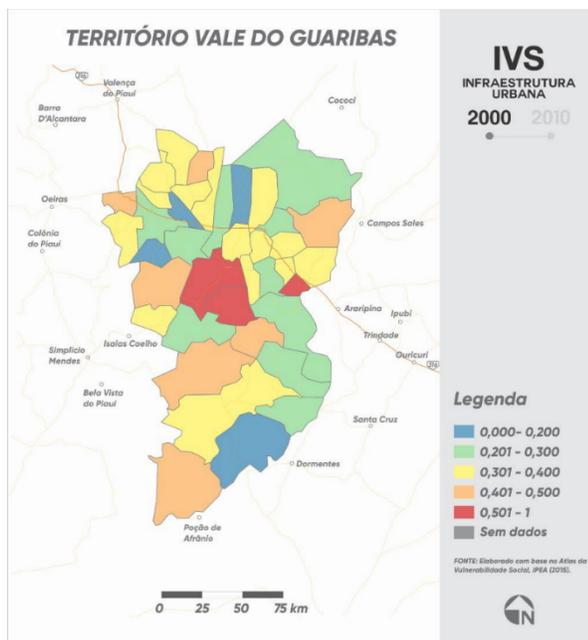


Figura 7: IVS Infraestrutura Urbana, 2000

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

Esse índice aparece já no Censo de 2000 com bons indicadores, mesmo com o Brasil mal tendo uma política de saneamento. Porém, nesse território isolado, com pouco investimento do Estado, os bons indicadores são alcançáveis? Como se chegou a esses indicadores? Isso é o que se entende por manipulação da realidade através da política dos números.

Se observarmos a figura 8, existe uma dualidade quanto ao saneamento, relacionados a domicílios e renda, além do tempo em deslocamento ao trabalho.

Primeiramente, a dualidade está relacionada a dados de um Brasil sem saneamento básico, enquanto o IVS analisa os municípios

do Vale do Guaribas como núcleos urbanos de baixa densidade populacional. Parece evidente que, nesse contexto, a coleta de lixo pode funcionar muito bem, mas, por outro lado, não se trazem dados sobre política de gestão e tratamento do esgotamento sanitário, nem da qualidade e da presença de infraestruturas urbanas. Como dito anteriormente, as famílias produziam suas infraestruturas e se considerarmos os estudos e dados do saneamento entre 2000 e 2019, é clara a deficiência de tais infraestruturas. Damos ênfase a esta questão porque, em territórios de baixa densidade populacional, esta é a infraestrutura mais importante para as atividades humanas. A figura 7 pode trazer uma informação admissível de ser contestada pelo que era a realidade quando elaborado o Censo de 2000, e do que seja a realidade revelada pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento nos anos 2010. Sendo assim, são indagações propostas a pesquisas futuras, não reveláveis pelo IVS: como lidar com o tratamento de água, esgoto e lixo? E com os resíduos sólidos? E, por fim, com a coleta seletiva? Como tratar da questão da saúde básica?

O dualismo dos dados pode ser melhor entendidos pela figura 8, na qual se informa que o território se encontra com infraestruturas onde a maioria está entre 0,000 – 0,200 e 0,301 e 0,400. Ou seja, a vulnerabilidade não poderia ser investigada pela questão da infraestrutura e dos serviços públicos. Mais ainda, este indicador absoluto termina influenciando ações governamentais sem considerar de fato a realidade das infraestruturas.

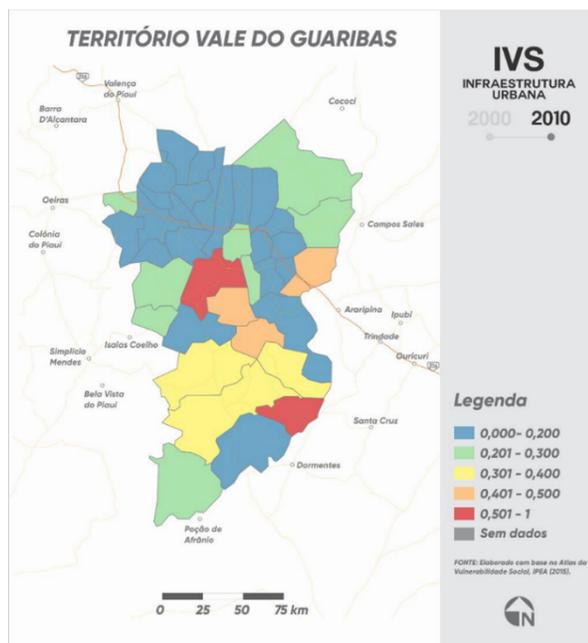


Figura 8: IVS Infraestrutura Urbana, 2010

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

Ao que parece, o IBGE propõe uma interpretação de infraestrutura diferente do que as pessoas entendem, já que o esgoto sanitário em um território de pobreza na metrópole não é meramente observado, mas também sentido no cotidiano dos moradores. Em uma pesquisa de campo, a fala do Outro revelará desdobramentos perversos sobre a questão do esgoto e, mais ainda levará o investigador a outros temas. A questão é diferente em um território que, por décadas, acostumou-se à experiência da sobrevivência com seus modos de superar as ausências de infraestrutura. Portanto, é preciso pensar em como questionários são aplicados. O Vale dos Guaribas não tem estas infraestruturas conforme proposto pelas variáveis. Existe a questão do acesso e melhorias de vida que influencia qualquer pesquisa – quantitativa ou qualitativamente.

Ainda, nesse sentido, esta dimensão possui um registro racionalista em que uma coisa se contrapõe a outra. Por exemplo, no Atlas de Abastecimento de Água do Brasil¹¹, com base no Censo de 2010, dos duzentos e vinte e quatro municípios piauienses, apenas trinta e quatro possuíam abastecimento satisfatório; cento e oitenta e seis deveriam declarar estado de urgência tendo em vista a necessidade de ampliar o sistema; além disso, três municípios ainda necessitavam de mananciais de abastecimento.

Por outro lado, os mapas revelam o otimismo dos números, pois reflete-se uma comparação entre os próprios municípios e não a totalidade de municípios. Ou seja, municípios fragilizados e próximos ao nível 0,5 entram na variável alta. Como não há comparação, similaridades e especificidades estatísticas, prevalece a ideia de que os números revelam a realidade do abastecimento distorcida ao considerarmos os dados brutos.

1.5. IVS - Renda e Trabalho, 2000

A dimensão de Renda e Trabalho define-se a partir dos seguintes indicadores: proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo (2010); taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; percentual de pessoas em domicílios com

¹¹ Atlas de Abastecimento de Água do Brasil. Análise dos Estados. Disponível: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/ResultadosEstado.aspx>. Acesso: janeiro de 2019.



renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos e; taxa de atividade de pessoas de 10 a 14 anos de idade. Todos os municípios estavam numa faixa muito alto do IVS renda e trabalho em 2000 (figura 8). Isto é, não há muito o que explicar sobre emprego e renda, pois a ideia de trabalho e renda é substituída pela de trabalho no campo, cultivo e sobrevivência. Até mesmo a ideia de educação não era uma condição ou realidade do cotidiano e, por isso, no início do Bolsa Família, um dos objetivos propunha que as crianças e adolescentes entrassem no mundo do trabalho.

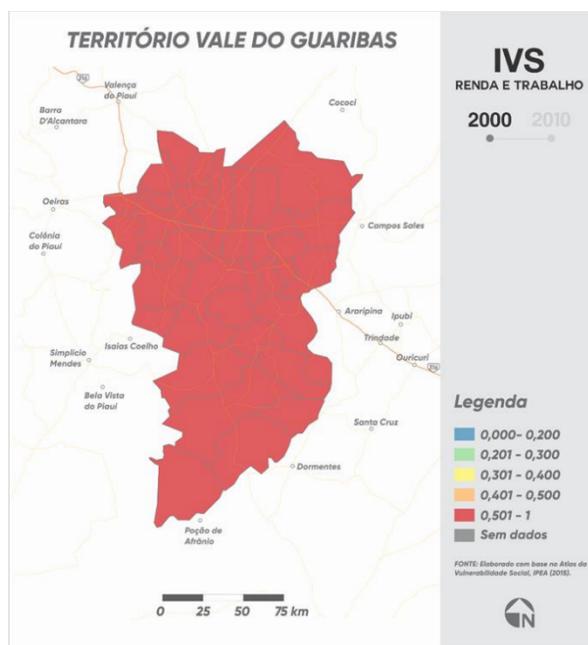


Figura 9 IVS renda e trabalho 2000

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

Já em 2010, o cenário altera-se muito pouco. Apenas 26% dos municípios saíram da faixa muito alta do IVS, 3% para faixa média e 23% para alta. Prevaleceu na faixa muito alta os 74% dos municípios.

E, neste caso retornamos ao dualismo do mapa, pois, neste território, os mercados locais funcionavam pela agricultura familiar, já que o Banco do Nordeste tinha ampliando investimentos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no município de Picos (em cor amarela na figura 10) abriu-se um campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI), contando com investimentos públicos no Ensino Superior pelo Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Foram abertas faculdades e centros universitários, provocando efeitos em comportamentos do território, pois modificou-se a dinâmica entre municípios próximos ao município Picos. Nesse sentido, houve uma mudança no mercado imobiliário para atender às demandas estudantis e outras nesse território. Seguidamente, houve a instalação de equipamentos industriais, de empresas e bancos. Portanto, o território como habitat de sobrevivência torna-se também refúgio das empresas. E, nesse sentido, as manchas laranjas (0,401-0,500, figura 10) revelam um movimento inicial de emprego e renda. A questão, portanto, é de se as famílias tradicionais dos municípios estão participando deste possível desenvolvimento, ou se há uma centralização de renda em certos grupos de famílias. Isto é: o risco do índice, uma família com renda alta pode induzir os valores absolutos na interpretação de melhorias. Sendo que se tratam de municípios que foram recebendo estes equipamentos por conta da rodovia e, de modo geral, estavam interessados na produção do campo, há renda e trabalho; pensar como se dá a distribuição dos mesmos é uma outra questão a ser pesquisada.

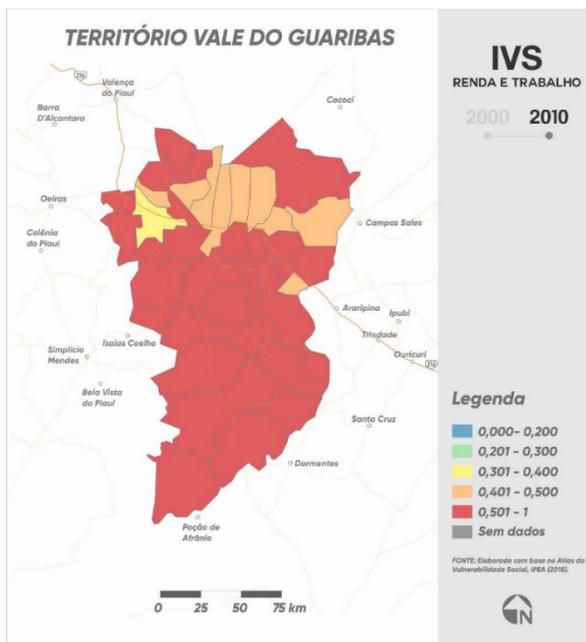


Figura 10: IVS renda e trabalho 2010

Fonte: Elaborado com base no Atlas da Vulnerabilidade Social (2015)

2. Questões de pesquisa

O ponto de vista mais importante é: como interpretar esse território de pobreza? Se o índice consegue revelar alterações entre 2000 e 2010 apontando relações com planos, políticas e programas implementados desde o Programa Luz para Todos, também revela que a política dos números consegue apontar quais territórios de pobreza existem no contexto do isolamento geográfico. Ou seja, o Vale do Guaribas aponta a dificuldade epistemológica ao ser interpretado por variáveis numéricas quanto a seus conteúdos.

Diferentemente de outras políticas, o fundamento teórico das políticas espaciais, a nível regional, territorial, ambiental e rural, é o

território usado, sinônimo do espaço geográfico como um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 2002). O conteúdo teórico e político do PTC fundamenta-se nesta política. Por conteúdo político, entende-se a dimensão do planejamento, ato ensejado pelos números extraídos do Censo 2010 e os antecedentes, por conseguinte, a formulação, a gestão, a execução e os investimentos. Já o conteúdo teórico está em reflexões sobre o território, da pobreza e da vida, operando no campo das adversidades. O conjunto desses conteúdos define o que entendemos por intervenções sociopolíticas em territórios de pobreza.

A questão, portanto, está em um índice que associe variáveis numéricas a variáveis teóricas sem uma discussão centrada na renda. Se um índice, por exemplo, aponta dezesseis variáveis relacionadas à vulnerabilidade voltada à questão da renda, claramente as variáveis estarão quase sempre em uma faixa alta ou muito alta de vulnerabilidade. Isso se partirmos do pressuposto que estes territórios não possuem emprego e renda, como demonstrado no IVS. Se o território é de pobreza e, se seus níveis variam conforme a renda, evidentemente há uma dificuldade de as faixas revelarem alterações numéricas. Mais ainda se o território não possuir densidades técnicas suficientes para as empresas, os bancos e as indústrias, por exemplo.

Se, por exemplo, o ponto de vista da renda considerar que através dela o acesso a bens, serviços e consumo, materiais e imateriais podem negar a pobreza, a renda poderia negar a fome, como algo associado à renda. A hipótese, portanto, é de que os territórios de pobreza possuem conteúdos muito mais importantes



em relação ao tema “sobreviver e habitar”; o território é um espaço da vida, e os números, formulados “por técnicos com *softwares* e planilhas de números”, mostrando o antes e o depois da vulnerabilidade, ou ainda suas alterações, não são suficientes no planejamento de um cenário de combate à pobreza.

Negligenciar uma rede dos sujeitos das cidades, que aprenderam a sobreviver às adversidades da vida, parece limitar o método do IVS. Primeiramente, porque o PBF está atuando nestes territórios, como o Vale do Guaribas, a fome pode ser contestada; em segundo lugar, as famílias possuem seus modos de vida do campo: plantam, colhem, vendem, compartilham entre o coletivo de pessoas, criam animais etc. Ou seja, há criatividade contra a hostilidade do território. Quando o IVS coloca o índice renda e emprego numa faixa alta em 2010, parece se tratar de um dado restritivo, pois se trata de um território de pobreza. Assim, seria complicado esperar que o território fosse abrigo a empresas gerando emprego e renda.

3. Considerações finais

O percurso metodológico, com base nos dados do território Vale do Guaribas, ao mesmo tempo que traz evidências otimistas, talvez traga também o que há de contraditório. Nos limites deste texto, é possível traçar uma síntese de seus resultados: a) a política de os números existe e é complexa de ser interpretada no que diz respeito a suas variáveis; b) a categoria territórios de pobreza pode ser uma das formas de conciliar variáveis objetivas e subjetivas,



reduzindo o campo dos questionamentos e; c) por fim, mesmo sendo um índice robusto, apresenta uma dualidade entre a evolução e o não dito pela política dos números.

Isso significa que o uso do IVS enquanto forma de análise – do que seja a evolução dos indicadores e do que representa a dualidade metodológica quando se observa outros dados do Governo – evidencia a existência de manipulação de dados. Ou seja, seu comportamento é manipulado quando comparamos, empiricamente, a realidade expressa pelos números e a realidade vivida no território. Coloca-se em questão, assim, o método estatístico no campo objetivo de uma ação política; a possibilidade encontrada se dá por meio de uma abordagem teórica de um método que se utiliza das ciências humanas e sociais, em especial os estudos urbanos, rumo a uma abordagem da vulnerabilidade pela categoria “território de pobreza” e “território usado”, delineando, assim, horizontes possíveis para uma representação da pobreza através do olhar técnico, apreendida pelos conteúdos e formas observadas nos modos de vida.

Esta evidência dos números lidos no território como algo cristalizado pode ser observada na forma como o IPEA organiza a vulnerabilidade. Ela pode não corresponder à realidade urbana, social e regional de um dado território de pobreza, já que o IVS se constitui entre faixas: muito baixa (0 a 0,200); baixa (0,200 a 0,300); média (0,300 a 0,400), alta (0,400 a 0,500) e muito alta (0,500 a 1). Nos mapas do índice absoluto, reflete-se, de fato, uma evolução da vulnerabilidade social pela associação das dimensões: capital humano, renda e emprego e infraestrutura urbana. Ao mesmo tempo,



apontam aspectos, ainda, inexplicáveis no que diz respeito a esta evolução e o ato de pensar a exclusão e a pobreza.

Por ser muito pouco usado nos estudos urbanos, há uma reticência de como usar o IVS em estudos da pobreza do ponto de vista do espaço geográfico entre territórios distintos. Por exemplo, a análise do Vale do Guaribas, comparado aos demais territórios da cidadania do Piauí, poderia revelar aspectos ainda desconhecidos ou pouco compreendidos. A análise comparativa de bolsões de pobreza possibilitaria entendermos situações semelhantes se as incursões fossem no interior da pobreza. Assim, cria-se um campo de hipótese e de dúvidas ao exercício do pensamento da pobreza nos estudos urbanos.

A compreensão, portanto, do IVS possibilita definirmos algumas interpretações dessas três abordagens. Primeiro, a negação de que os territórios da cidadania são apenas escalas de municípios numa perspectiva do território enquanto espaço físico, político e administrativo. Portanto, para o combate à pobreza define-se via uma política dos números que possam desvendar de qual forma se pode representar esta pobreza. Neste caso, o IVS organizado em três dimensões, por 16 variáveis numa leitura de 0 a 1.

Por isso, propusemos o argumento de que há uma política dos números manipulando conteúdos no interior do território, ora a pobreza e a exclusão, ora a vida que anima o cotidiano do território. Assim, a segunda interpretação relaciona-se à consolidação e à importância da categoria territórios de pobreza nos estudos urbanos

enquanto forma de análise subjetiva e objetiva de conteúdos e formas da vida. O índice aponta para um horizonte central a essa reflexão: variáveis podem existir pelo cruzamento de dados familiares, mas nem podem mensurar, nem apreender, sentidos e significados do sobreviver e existir na hostilidade. O território também se define pelo cruzamento desta sobrevivência, que é um verdadeiro espaço de aprendizado contra a pobreza e a exclusão, onde se encontram formas de vida resistindo à perversidade no território.

Por fim, considera-se ser este um dos primeiros esforços de análise do IVS enquanto política dos números pela qual se pode estabelecer o campo da categoria territórios de pobreza; isto é, suas possibilidades teóricas e metodológicas aproximando estudos da pobreza dos estudos urbanos.

Sendo assim, a contribuição para os estudos urbanos formula-se por esta abordagem próxima da elaborada pela economista Steinberger (2013), quando trata de políticas espaciais, fundamentadas pela categoria território usado, espaço concreto de homens, onde há um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. O que é bem diferente do território enquanto forma pura, isto é, um dado morto, sem conteúdo social. (Santos, 2002)

4. Referências

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. Disponível: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso: setembro de 2018.



ATLAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BRASIL. ANÁLISE DOS ESTADOS. Disponível: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/ResultadosEstado.aspx>. Acesso: janeiro de 2019.

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2015). Disponível: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso: setembro de 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL DE 2010. Disponível: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso: setembro de 2018.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. Sader, E.(org.), v. 10, p. 157-171, 2013.

BRANDÃO, Carlos. As ausências e elos faltantes das análises regionais no Brasil e a proposição de uma agenda de pesquisas de longo prazo. Texto para Discussão (IPEA), v. 2461, p. 1-61, 2019.

CASTRO, Josué. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso: setembro de 2018.

LUCKMANN, Thomas; BERGER, Peter. Modernidade, pluralismo e crise de sentido. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MEDEIROS, Wesley. Periferias regionais no contexto de combate à pobreza. REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL, v. 7, p. 1, 2019.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Disponível: www.pac.gov.br/. Acesso: setembro de 2018.

REGO, Walquíria. G. Domingues. Leão.; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 248p.

ROMÃO, M. E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. Revista Brasileira de Economia, v. 36, n. 4, 1982.

RIBEIRO, Ana. Clara. Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo.

RIZEK, Cibele Saliba. Trabalho, Moradia e Cidade - Zonas de indiferenciação. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 27, p. 41-50, 2012.



SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).

STEINBERGER, Marília. Território, Estado e políticas públicas espaciais. 1ª. ed. Brasília: Ler Editora, 2013. v. 1. 328p. Resenha de: Ricardo Farret. 2013;15(2):1-2.

SCHVARSBURG, Benny. Seminário Internacional: 10 anos do Estatuto da Cidade: Os desafios para a efetivação do Estatuto da Cidade. Portal Capacidades: Ministério das Cidades, 2012. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/videteca/detalhar/id/141/titulo/painel-iv-avancos-e-desafiospara-a-implementacao-do-estatuto-da-cidade>. Acesso em: 1 ago. 2018.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS – SIT (2018). Disponível: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>. Acesso: setembro de 2018.

TELLES, Vera. REVISTA Humanidades em Diálogo. Entrevista com Vera Telles. Gravação de Revista Humanidades em Diálogo. São Paulo: Revista Humanidades em Diálogo, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4-EQ-jCokY&t=8s>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Resumo

Neste artigo propõe-se uma análise do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) a partir do Território Vale do Guaribas no Piauí – um território de pobreza extrema. Tal análise considera o Programa Territórios da Cidadania (PTC) enquanto política espacial e, também, uma política dos números. Identifica-se, de antemão, conteúdos teóricos e políticos deste programa de modo a formular-se interpretações conceituais do índice. Para tanto, procede-se à análise do IVS absoluto e de suas dimensões: capital humano, emprego e renda e infraestrutura urbana. Desse modo, observa-se que: (a) a política dos números existe e é complexa de ser interpretada no que diz respeito a suas variáveis; b) a categoria territórios de pobreza pode ser uma das formas de conciliar variáveis objetivas e subjetivas, reduzindo o campo dos questionamentos e, por fim, c) mesmo se tratando de um índice robusto, observa-se sua dualidade do que seja a pobreza após intervenções sociopolíticas. Estes resultados permitem concluir que a política dos números existe e, manipula o tecido social em territórios isolados da Federação. Igualmente, é possível indicar saídas de emergências rumo às boas práticas de combate à fome e a pobreza.

Palavras-chave: Combate à Pobreza. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Pobreza no Piauí.



Abstract

This article proposes an analysis of the Social Vulnerability Index (IVS) of the Vale de Guaribas Territory in Piauí - a territory of extreme poverty. Such analysis starts from a consideration of the Territories of Citizenship Program (PTC) as a space policy and, also, a policy of numbers. The theoretical and political content of this program is identified in advance in order to provide theoretical-theoretical interpretations of the index. To do so, proceed to the analysis of the absolute IVS and its dimensions: human capital, employment and income and urban infrastructure. Thus, it should be noted that: (a) the number policy exists and is complex to be interpreted with respect to its variables; b) a category territories of poverty can be one of the forms of objective and subjective variable variables, capture or field of questioning and, finally, c) same treatment of a robust index, observation if its duality in the fight against poverty . This allows us to conclude that there really is a policy of numbers manipulating the reality of social life in territories that are permitted within the poorest states of the Federation. Likewise, it is possible to indicate the viable emergency options that will be apprehended by social exclusion and social exclusion, enabling good practices to combat hunger and poverty in these territories.

Keywords: Combat Poverty. Social Vulnerability Index (IVS). Poverty in Piauí.

Resumen

Inicialmente, el artículo caracteriza el concepto de "Cultura Visual" como la atribución de significados a imágenes partiendo de una perspectiva cultural y relacionándolo con caricaturas. A continuación, nos centramos en un análisis más específico teniendo como estudio de caso la revista Arquitectura, vehículo oficial del Instituto de Arquitectos do Brasil (IAB) y publicada entre 1961 y 1968. El uso de ese tipo de lenguaje puede ser entendido como forma de concientizar los profesionales en relación con su función social, formulando cuestiones y elaborando críticas pertinentes sobre urbanismo, planeamiento urbano y vivienda social - entre muchos otros temas. El análisis de las caricaturas de Arquitectura nos muestra una mirada atenta y crítica de ese gremio sobre las transformaciones de las ciudades brasileñas y, también, nos permite reflexionar sobre como muchas de las cuestiones indicadas cincuenta años atrás son aún vigentes en nuestras ciudades.

Palabras clave: Caricaturas. Cultura Visual. Revista Arquitectura IAB. Urbanismo. Vivienda Social.